



# AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS  
DAS FORÇAS ARMADAS

**Para:**

- Excelentíssimo Senhor Presidente da República

**ASSUNTO:** *Ausência de Promoções! A TROICA permanece em Portugal!*

Senhor Presidente da República  
Excelência

Desde 2011, mantendo-se um procedimento de todo injustificado, mesmo durante o tempo de vigência da TROICA, fortemente lesivo para as Forças Armadas e, sobretudo, para os Militares que nelas Servem, que as Promoções, sejam as respeitantes às dos Militares do Quadro Permanente sejam os do Regime de Contrato, não são realizadas no momento em que efetivamente devem ocorrer, independentemente de se tratar de Promoções determinadas legalmente pelos regimes de Diuturnidade, Antiguidade ou Escolha.

Ocorrendo as Promoções, invariavelmente, no mês de dezembro de cada ano (e este ano nem sequer se vislumbra que tal possa vir a acontecer dado que os habituais procedimentos não foram ainda desencadeados), os Militares são duplamente penalizados financeiramente porquanto, independentemente da data a que por direito têm de ser promovidos, não auferem as respetivas remunerações com efeitos retroativos a essa mesma data (1ª penalização), vindo a ter uma 2ª penalização financeira, mais tarde, no ato do cálculo das suas Pensões de Reforma, considerando que as mesmas têm em conta toda a sua carreira contributiva.

Este procedimento é tanto mais injustificado quanto se sabe que em cada Orçamento do Estado estão devidamente inscritas as verbas necessárias para que as Promoções ocorram na data devida, sabendo-se ainda que não é legalmente possível proceder a cativações de verbas destinadas a remunerações. Assim, têm vindo os sucessivos governos a adotar mecanismos ínvios, recorrendo à necessidade de implementação de despachos conjuntos dos Ministros da Defesa e das Finanças, para que as Promoções ocorram, o que, como referido, invariavelmente e desde 2011, tem sucedido em dezembro de cada ano.

Nestes últimos 10 (dez) anos foram os Militares das Forças Armadas prejudicados financeiramente em várias dezenas de milhões de euros, através da adoção do já referido mecanismo, de muito duvidosa legalidade, mas que em termos éticos não oferece dúvida nenhuma de que mais não visa que ludibriar os Militares e poupar aos cofres do Estado, anualmente, avultadas verbas, sem que se saiba sequer qual o destino dado a esses montantes que, reiteramos, são dos Militares por direito próprio. Seria importante que “quem de direito” nos desse uma justificação sobre o destino que tem vindo a ser dado ao nosso dinheiro!

Relativamente a toda esta escandalosa situação, perfeitamente do conhecimento, desde a sua génese, por parte de Vossa Excelência, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, ano após ano aguardam os Militares, sem qualquer sucesso, que mais do que palavras elogiosas mas cada vez mais vazias de significado face à realidade objetiva da degradação acelerada das suas vidas pessoais e profissionais, Vossa Excelência tome posição pública, definitiva e determinada, que quebre definitivamente este ciclo interminável de injustiça que impende sobre os Militares das Forças Armadas.

A tudo isto acrescem tantas e tantas outras inqualificáveis situações, igualmente do conhecimento de Vossa Excelência, em vigor desde o tempo da TROICA, das quais aqui recordamos algumas das mais significativas:

- Um Subsistema de Saúde (ADM) integralmente financiado (mal!) pelos Militares e em condições de evidente ilegalidade, como recentemente classificou o Tribunal de Contas (desconto que além de obrigatório é feito sobre o total de 14 remunerações e não 12 e sem sequer ser passível de consideração como despesas de saúde em sede de IRS), em desrespeito total pelo estipulado na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar;
- Um Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) pejado de injustiças e contradições que urge reformular urgentemente (quase) por completo;
- Uma praticamente inexistente Ação Social Complementar (IASFA);
- Um Sistema de Avaliação de Mérito completamente desadequado que mais não visa que politizar e partidarizar as Forças Armadas e que está a ser uma das principais causas de desmotivação, quebra de coesão e mesmo de atos de indisciplina, sempre indesejáveis, nas Forças Armadas;
- Um Sistema Remuneratório completamente caduco e que acentua, ano após ano, os diferenciais (já na ordem das muitas centenas e nalguns casos de milhares de euros mensais) quando se tem em linha de consideração as profissões de referência “de sempre” dos Militares, como aliás Vossa Excelência reconheceu, quando promulgou o aumento muito substancial (700 euros) dos Magistrados, ao referir que “o fazia por considerar justo, mas tendo a noção de que estava a agravar ainda mais o fosso salarial, já de si muito considerável, existente para os Militares das Forças Armadas”.

Todos estes factos, entre muitos outros, para os quais a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) tem vindo a alertar, de forma muito bem fundamentada e reiterada, não deixarão, estamos convictos, de ter a atenção merecida e com resultados práticos e concretos por parte de Vossa Excelência, tanto mais que se avizinham eleições

legislativas, delas decorrendo inevitavelmente, dentro de poucos meses, um novo Governo e consequente Orçamento do Estado que não pode mais continuar a ignorar a situação cada vez mais dramática em que se encontram os Militares das Forças Armadas.

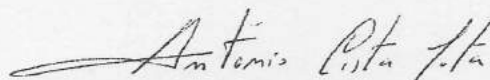
Como se tal não bastasse e decorrendo da total ausência de respostas às suas mais que legítimas aspirações e respeito pelos seus Direitos, os Militares veem, de dia para dia, no seu seio, ser criados e/ou recrudescer, movimentos inorgânicos, populistas e antidemocráticos, consequentemente muito perigosos, colocando em causa o “ pilar dos pilares” da Soberania Nacional.

Cientes de que Vossa Excelência terá a noção da especial gravidade e sensibilidade decorrente de tudo o que aqui, uma vez mais, é referido, vêm os Oficiais das Forças Armadas, através da sua Associação socioprofissional representativa, solicitar a Vossa Excelência que exerça, no âmbito das suas competências, o Dever de Tutela, contribuindo para a cabal e rápida resolução de todos estes graves problemas, reiterando igualmente a nossa firme pretensão de sermos recebidos por Vossa Excelência, tal como, também de forma reiterada, temos solicitado (Ofícios de 29 de abril de 2021 e 15 de novembro de 2021), sem que tenhamos recebido qualquer resposta.

**Trafaria, 6 de dezembro de 2021**

Com os melhores cumprimentos, e elevada consideração

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Augusto Proença da Costa Mota'.

António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel